RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Segunda-Feira, 16 de Novembro de 2026

Flávio Dino aprova plano do Congresso Nacional e libera pagamento de emendas

FIM DO IMPASSE

Agência Brasil

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), **homologou nesta quarta-feira (26) o plano de trabalho no qual o Congresso se comprometeu a identificar os deputados e senadores responsáveis pelas emendas** ao Orçamento e os beneficiários dos repasses.

A decisão do ministro também **libera o pagamento das emendas deste ano e dos anos anteriores que estavam suspensas por decisões da Corte**.

O compromisso do Congresso foi enviado nessa terça-feira (25) ao ministro, que é relator dos processos que tratam das medidas de transparência determinadas pela Corte para o pagamento das emendas.

Plano de trabalho

Pelo plano de trabalho da Câmara e do Senado, **a partir do exercício financeiro deste ano, não será mais possível empenhar emendas sem a identificação de parlamentar que fez a indicação** da emenda e da entidade que vai receber os recursos.

Conforme a decisão de Dino, **não entram na liberação:**

* as emendas específicas para Organizações Não Governamentais (ONGs) e entidades do terceiro setor que foram alvo de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU)

* recursos para a Saúde que não estão regularizados em contas bancárias específicas e emendas de bancada

* emendas de bancada e de comissão que não foram convalidadas em atas das respectivas comissões e que estejam sem identificação do parlamentar.

A liminar do ministro está valendo, mas vai precisar ser referendada pelo plenário da Corte. A data do julgamento ainda será definida.

Entenda

O impasse sobre a liberação das emendas começou em dezembro de 2022, quando o **STF entendeu que as emendas chamadas de RP8 e RP9 eram inconstitucionais**. Após a decisão, o Congresso Nacional **aprovou uma resolução que mudou as regras de distribuição de recursos por emendas de relator** para cumprir a determinação da Corte.

No entanto, o PSOL, partido que entrou com a ação contra as emendas, apontou que a **decisão continuava em descumprimento**.

Após a aposentadoria da ministra Rosa Weber, relatora original do caso, Flávio Dino assumiu a condução do caso.

Em agosto do ano passado, Dino **determinou a suspensão das emendas e decidiu que os repasses devem seguir critérios de rastreabilidade**. O ministro também **determinou que a CGU auditasse os repasses dos parlamentares** por meio das emendas do orçamento secreto.

No mês passado, Flávio Dino **suspendeu emendas parlamentares para ONGs** devido à falta de transparência.